

### Capítulo 3 – RSI, o sujeito e o pai

Considerando a escuta de mães e de pais na clínica com crianças, veremos neste capítulo que a questão do sintoma da criança interroga a família conjugal em sua responsabilidade na constituição subjetiva de seus descendentes e, mais especificamente, em sua função de transmissão da castração<sup>1</sup>. Quando um casal tem filhos, além de todos os avatares da vida amorosa, impõe-se para o homem e para a mulher, em sua condição de pai e mãe, o fato de que os lugares que ocupam na relação com os filhos não são independentes do modo como se situam em relação com o desejo.

Vejam, inicialmente, alguns recortes clínicos, para passarmos a desdobrar dois problemas articulados: a problemática que é a incidência para a criança do que seria o pai real<sup>2</sup>, aspecto da função do pai fundamental na amarração dos três registros da realidade psíquica (o real, o simbólico e o imaginário), e a problemática da vida amorosa de um casal, que tem seus efeitos nas funções que cada um de seus membros ocupa junto a seu filho.

Assim como para a criança, por intermédio da função do pai, introduz-se um real – “*elemento necessariamente em impasse, insatisfeito, impossível, desconhecido, elemento que se chama desejo*” (Lacan, 1964: 146) –, quando um adulto se exerce em seu desejo, é também esse aspecto de um irredutível da estrutura que se faz presente. Esse aspecto é o que atualiza a questão da incidência de uma perda decorrente da estrutura da linguagem.

Trabalharemos principalmente o Seminário *A Relação de Objeto* (1956-57), em que Lacan aborda a problemática do sujeito tal como ela se constitui inicialmente no núcleo familiar, sob o tríplice aspecto da função paterna, ou seja, a incidência paterna sob os aspectos do pai simbólico, do pai imaginário e do pai real. Nesse momento, segundo Lacan, sem a entrada de um real, a passagem da relação imaginária para um circuito simbólico não se dá. A entrada de um real ou,

---

<sup>1</sup> A noção de *castração* foi definida, desde a introdução, como uma modalidade específica de relação com a linguagem, que liga a perda inerente a esse campo ao registro da sexualidade.

<sup>2</sup> Lacan introduz o termo pai real, como vimos, em seu Seminário *O Avesso da Psicanálise* (1969-70), ao se referir a um operador estrutural. Ele diz: “*Ai reconhecemos, com efeito, para além do mito de Édipo, um operador estrutural, aquele chamado de pai real – com a propriedade, eu diria, de também ser ele, na qualidade de paradigma, a promoção, no coração do sistema freudiano, do que é o pai do real, que coloca no centro da enunciação de Freud um termo do impossível*” (1969-70: 116).

como proposto neste Seminário, de um *pai real* não ocorre de maneira independente da posição desse pai junto a sua mulher, mãe de seu filho.

Adiante, ao abordar seu Seminário *RSI* (1974-75), situaremos de que modo a intervenção do pai real se articula com o que Lacan chama o desejo “*père-vertidamente*” orientado do homem em posição de pai, uma vez que importa para a clínica o fato de Lacan se referir a esse desejo como única garantia da função paterna.

O trabalho neste capítulo retoma, então, a questão da complexidade da função do pai, considerando agora a presença dos pais na clínica com crianças. Para além da dramaticidade de qualquer situação, é apenas no discurso do sujeito que temos notícias de uma estrutura (necessária), cujo ponto de real – ponto irreduzível que nos concerne, mas do qual estamos radicalmente separados – se apresenta necessariamente ligado à posição do sujeito. Por isso, a importância de a escuta analítica na clínica com crianças incluir também um trabalho com os pais.

### 3.1 - Situações clínicas

Partamos de algumas considerações clínicas sobre uma situação muito frequente na clínica do NAV: crianças cujos pais estão “em guerra”. Veremos que essa “guerra” está relacionada com uma indiferenciação do que seriam as funções do pai e a da mãe para a criança. No caso trabalhado no capítulo anterior, por exemplo, a mãe de Ana considerava a possibilidade de encontrar um amigo que substituísse seu marido como pai. Sua filha repetia suas palavras ao dizer que era filha só dela, que ela a havia carregado sozinha durante nove meses, e que seu pai só entrara com um “*espermatozoidezinho...*”. No momento, interessa marcar que a posição dessa mãe explicita uma desconsideração de sua escolha por esse homem que é pai de sua filha.

Uma outra situação, um pouco diferente, é ilustrada por crianças muito pequenas, de dois ou três anos, que são trazidas ao NAV por suas mães por terem sido abusadas pelo pai. Esse abuso, que muitas vezes é descrito como uma manipulação excessiva dos órgãos genitais, é seguido de uma disputa da guarda da criança pelos pais, que se revela infernal para a criança, uma vez que, para esta, tanto o pai quanto a mãe têm sua importância. Em muitos casos, tal “disputa” já está presente há muito tempo, e pode inclusive ter desembocado na situação que

motiva o encaminhamento. Não raro, não se consegue saber o que de fato ocorreu, pois tudo gira em torno de uma suspeita.

Na clínica psicanalítica, não se trata de investigar a verdade dos fatos, pois o que se evidencia é que a própria suspeita tem efeitos. Isso, todavia, não quer dizer que não exista diferença para a criança se a situação descrita ocorreu ou não de fato, sendo decisivas a posição do sujeito, assim como as do pai e a da mãe.

Diversas vezes, escutamos dessas mães que elas observavam seus maridos se ocupando dos cuidados maternos com os filhos desde que estes eram bebês. Em alguns casos, há a queixa de se sentirem “retiradas” do que seria sua função, ou mesmo a culpa decorrente dessa situação. Há, por exemplo, o caso clínico de uma criança cujo pai, separado da mulher, comparece na escola do filho no dia da comemoração do dia das mães. Em outro caso, um pai chega a dizer para a analista do filho que a semana poderia ter um número par de dias, para que a divisão entre ele e a mãe se mantivesse sem nenhuma diferença.

Assim, o que em geral essa disputa entre os pais traz à tona é a falta de diferenciação entre os lugares que ocupam, como se fosse possível substituírem um ao outro. Essa observação, porém, não deve ser tomada como se o importante fosse uma diferença de comportamento ou uma divisão objetiva de atribuições. A diferença entre o que poderia ser chamado de função da mãe – mais precisamente, o que Lacan intitula *desejo da mãe*<sup>3</sup> – e o que Lacan chama *função paterna*<sup>4</sup> se apresenta para a criança a partir de uma incidência que procede de lugares e tempos estruturalmente distintos. Ora, essa distinção é importante na constituição do sujeito, pois quando a diferenciação entre os lugares que ocupam não aparece para o casal, isso pode interferir também no lugar em que situam o filho, como em muitas situações em que este é colocado em um lugar de objeto de disputa e/ou prazer para os pais.

Do lado da criança, poderíamos pensar que o risco seria o de “sobrar mãe” e faltar pai (ou a entrada de um terceiro nessa primeira relação), mas justamente não se pode considerar uma coisa sem a outra. Se não há uma mãe que faça

<sup>3</sup> “*Desejo da mãe*” é o modo como se apresenta primordialmente o desejo do Outro, cujo mais além só é atingido pela mediação da posição do pai na ordem simbólica (Lacan, 1957-58: 190).

<sup>4</sup> “*Função paterna*” é definida de várias formas. Lacan marca a necessidade dessa função, que é uma necessidade da cadeia significante. Essa função se refere ao papel essencial do pai de privar a mãe do objeto de seu desejo; em outras palavras, a função do pai “*é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno*” (Lacan, 1957-58: 180). Neste capítulo, destacaremos a importância do aspecto real do pai na operação dessa função (que inclui uma articulação dos três registros).

referência a alguém outro que represente uma “potência” (o que propicia, como vimos, que a dimensão da potência ou impotência se destaque dela), não há nem mãe em sua função, nem entrada para essa outra coisa que se introduz aí e que é a função do pai. Ao abordar isso que se introduz, como veremos adiante, Lacan assinala, em seu comentário do caso de Hans (1956-57), a importância do que seria o pai real.

Outro exemplo. O caso de uma criança de quatro anos envolvida em uma situação de violência com o pai, que, em uma sessão, ao se referir à briga dos pais e, mais especificamente, à insistência da mãe em apagar o pai da sua vida, diz: “não vou agüentar”. Nessa sessão, desenha duas mulheres e diz que elas não têm nome. Pergunta, então, à analista sobre seu verdadeiro nome. Em seguida, nesse mesmo dia, em conversa com a analista junto com a mãe, pergunta pelo pai, ao que a mãe responde: “qual pai?” A analista estranha a “resposta”, e a mãe explica que pensou que ela poderia estar se referindo a seu irmão, que é um tio de quem ela gosta muito.

O que vemos aí? Na seqüência da fala da criança, podemos ver que a ausência do nome e a questão sobre o verdadeiro nome são seguidas pela interrogação sobre o pai. Em outras palavras, esse é um exemplo, entre muitos, em que, na fala da mãe, o pai da criança poderia ser outro, e nesse caso, não qualquer outro, mas seu próprio irmão.

À pergunta “qual pai?” a criança pode dar várias respostas, mas pode também ficar muito confusa, principalmente se for muito pequena. Não é simples formular, por exemplo, que a mãe não gosta de falar sobre o pai que é o dela. Tampouco que ela possa tomar o pai que é o dela como aquele que teve um dia ao menos um encontro com sua mãe. Isso porque faz diferença – no que concerne a se situar em um lugar, com uma identidade e um nome – que ela, de alguma forma, considere esse encontro do qual foi fruto. É sempre muito curioso como a referência a essa relação entre o casal produz efeitos na criança. Não é à toa que esta presta sempre muita atenção às histórias contadas sobre o encontro dos pais. Mesmo que eles não estejam mais juntos, o que importa é que, ao menos em um dia, eles se escolheram um ao outro, e que esses efeitos sobre as crianças não são casuais.

Em outro exemplo, é possível observar os efeitos da introdução de uma fala sobre o pai em conversa com a mãe e a criança. Nesse caso, a mãe traz seu

filho de quatro anos, que é um menino muito agitado, não pára quieto e tem medo de ficar sozinho. São inúmeras as vezes em que ele precisa sair pra ver se a mãe ainda está à sua espera.

Em uma de suas primeiras sessões, pega uns bonecos e diz que é uma guerra, e que tem adultos e crianças. Quando lhe é perguntado o que a criança faz ali, ele diz que “a criança precisa salvar o pai”. Seu pai morreu em um acidente quando ele tinha um ano. Esse menino mora com sua mãe, um de seus irmãos mais novos e sua avó, a quem também chama de mãe.

Há muitas brigas entre essas mulheres, pois sua avó despreza os inúmeros homens que a filha escolhe, dos quais três são os pais de seus três filhos, sendo este que chamarei de João o mais velho. Os homens são totalmente desprezados, principalmente os escolhidos por essa moça, que são permanentemente criticados por sua mãe. Um morreu, o outro sumiu e o terceiro está preso. Em uma sessão com a mãe e com João, pede-se a essa mãe que fale mais sobre o pai de João. Ela diz que ele morreu há muito tempo, que João nem lembra e que isso não tem mais nenhuma importância.

Depois de a analista dizer que ele tem importância para João, ela conta sobre o tempo em que se conheceram e que estiveram juntos. Nesse momento, João diz pra mãe que até o seu irmão de um ano sabe quem é Cláudio, seu pai, e se vira para a analista e diz: “você hoje me salvou”. Se na primeira sessão ele falava em “salvar o pai”, esta fala dá o peso do que está em jogo na referência ao pai, ou seja, o sujeito. Nesse caso, portanto, a chance de um lugar de sujeito para esse menino se abriu a partir da referência que sua mãe faz à importância do homem com quem teve seu filho.

Depois de quase um ano de muita agitação, abrindo sem parar a porta do consultório para ver se sua mãe ainda estava esperando-o, João pára de fazer isso. O que o acalmou? Podemos supor que algo se introduziu, permitindo-lhe suportar o afastamento de sua mãe, sem que isso significasse um sumiço ou um total abandono. Dito de outro modo, algo se introduziu liberando-o de ter de ser ele a sustentar o lugar do pai. É como se a mãe tivesse escrito esse lugar do pai como “tendo sido”, como se ela tivesse dito: “houve pai”, sendo impressionante que as coisas se tenham estabelecido de outra forma.

Tomarei agora o caso Hans para trabalhar a importância do aspecto real do pai na articulação dos registros real, simbólico e imaginário para o sujeito. Já no

Seminário *A Relação de Objeto* (1956-57), Lacan sublinha que é pela presença do desejo que o real faz sua entrada, e que é a falta disso o que Hans assinala para Freud.

### **3.2 - Pai real em Hans. A articulação: real, simbólico e imaginário**

Em seu Seminário *A Relação de Objeto* (1957-58) Lacan se dedica a alertar os analistas para os efeitos perigosos de uma abordagem da experiência analítica que não considera essencial a noção de falta do objeto. Ele articula essa noção da falta do objeto em três categorias, e a considera a própria mola da relação do sujeito com o mundo.

Segundo Lacan, essas três categorias seriam a castração, a frustração e a privação, as quais partem da distinção entre os registros simbólico, imaginário e real, tal como propusera alguns anos antes.

A relação que liga o sujeito à mãe é distinta da que o liga ao pai, a relação narcísica ou imaginária com o pai é distinta da relação simbólica, e também da relação a que devemos chamar real – a qual é residual em relação à arquitetura que nos interessa na análise (1953:32).

Em seguida, acrescenta: *“Tudo isso mostra suficientemente a complexidade da estrutura...”* (Lacan, 1953: 32).

Vale destacar aqui uma definição possível desses três registros que se articulam respectivamente às categorias da privação, da castração e da frustração, e ainda uma definição da diferença entre o pai nesses três registros, isto é, o pai simbólico, o pai imaginário e o pai real.

Em um discurso pronunciado em julho de 1953, na fundação da *Société Française de Psychanalyse*, Lacan marca a importância clínica desses registros essenciais da realidade humana, que constituem ordens independentes e heterogêneas. Segundo ele, o simbólico é o registro que introduz *“a mediação de um terceiro personagem que realize o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o sujeito possa ser mantida a uma certa distância”* (Lacan, 1953 b: 11). Ele assinala ainda que, *“quando se trata do simbólico, isso diz respeito àquilo no qual o sujeito se compromete numa relação propriamente humana”*. O imaginário é o registro que *“permite uma oscilação entre imagens que torna um*

*comportamento suscetível de deslocamento fora do ciclo que assegura a satisfação de uma necessidade natural*” (Lacan, 1953 b: 5); e o real, o que *“escapa essencialmente a qualquer aparência e à predicação”* (Lacan, 1953 b: 2).

Continuando com uma primeira definição dessas noções, o pai simbólico, segundo Lacan, é aquele que traz a referência a um terceiro, ou seja, *“é uma necessidade da construção simbólica”* (1956-57, p. 225); o pai imaginário, *“aquele com que lidamos o tempo todo... é a ele que se refere toda a dialética, a da agressividade, a da identificação, a da idealização”* (1956-57: 225), e o pai real, *“uma coisa completamente diferente, do qual a criança só teve uma apreensão muito difícil, devido à interposição de fantasias e à necessidade da relação simbólica”* (1956-57: 225).

A complexidade da estrutura se deve, então, à articulação entre esses três registros essenciais da realidade humana, que se introduzem à luz dessas categorias apresentadas por Lacan. Interessa-nos, então, articular os modos como cada uma dessas categorias introduz uma falta situada em registros diferentes, cujo enodamento permitirá à criança um lugar de sujeito. Vejamos essa articulação no caso de Hans.

Lacan aborda a questão da fobia de Hans referindo-se à situação familiar do menino. Ele mostra que, embora o pai da realidade seja escutado por Freud (1909), não há para Hans, apesar de todo o amor, gentileza e inteligência paternos, pai real. O que se passa é que, enquanto entre seus pais a coisa é “morna”, Hans é o centro das atenções tanto de um quanto de outro.

Não obstante, não é em qualquer momento de sua passagem pelo Complexo de Édipo que Hans é tomado por uma angústia que sinaliza que algo não vai bem. Como Lacan assinala, *“o complexo de castração é a cavilha por onde passam a instauração e a resolução da constelação subjetiva, a fase ascendente e a fase descendente do Édipo”* (1956-57: 263).

Sobre o que está em jogo no Édipo, ele diz: *“trata-se de que o sujeito seja ele mesmo capturado neste engodo, de tal forma que se veja engajado na ordem existente, que é de uma dimensão diferente daquela do engodo psicológico por onde ele entrou e onde o deixamos”* (1956-57: 205). Esse engodo por onde ele entrou diz respeito à dimensão imaginária da falta do objeto vivida na frustração. Mas é um engodo que já está inserido em uma ordem simbólica. As particularidades dessa ordem simbólica darão prevalência a esse elemento do

imaginário chamado o falo. Segundo Lacan, “*o falo é no imaginário aquilo que a mãe deseja e que aponta para um mais além*” (Lacan, 1956-57: 206).

Na relação com a mãe, a criança o experimenta como o centro do desejo dela (mãe). E, em função disso, ela se situa em diferentes posições em relação a esse desejo da mãe. Mas há algo que não está dado e que precisa se introduzir ali. Trata-se da primeira inscrição da lei, por intermédio da qual a experiência imaginária e a experiência simbólica (que a normatiza) se distinguem.

Em um primeiro momento, quem agencia a entrada da dimensão da falta é a mãe. A mãe é inicialmente simbólica porque se introduz, de acordo com Lacan, “*em um acoplamento de presença-ausência*” (1956-57: 67), que de modo extremamente precoce é articulado pela criança. Essa primeira relação com o objeto real (exterior ao sujeito) introduzido pela mãe simbólica se abre, no entanto, para uma relação mais complexa.

Para o sujeito, a presença-ausência se articula no registro do apelo, o que significa que o objeto materno é chamado quando está ausente, e rejeitado quando está presente. Essa escansão do apelo não nos dá, segundo Lacan, toda a ordem simbólica. Ele não basta para constituí-la, mas nos mostra seu começo, ou seja, é o primeiro elemento dessa ordem. O que se passa é que, quando essa mãe que vai e vem é vista como podendo ou não estar presente, o objeto, tido até então como o objeto real da necessidade, passa a ser objeto simbólico do dom. Esses objetos que a criança passa a querer “*reter consigo não são mais tanto objetos de satisfação, e sim a marca do valor dessa potência que pode não responder, e que é a potência da mãe*” (Lacan, 1956-57: 69).

Quando a criança acede a esse registro em que há algo que se pode recusar, mesmo que ela não precise disso, o objeto se torna simbólico. Nesse momento, chamado por Lacan de realização da mãe, ainda nesse registro da frustração, toma-se a mãe como onipotente. O que contará, a partir de então, são as carências e decepções que afetam a onipotência materna. A criança já está no campo da demanda, que, se introduz a questão sobre o desejo da mãe – afinal, “o que ela quer de mim?” –, não lhe fornece uma saída...

Para sair dessa dimensão em que tudo oscila – quer dizer, dimensão em que o sujeito se vê podendo ou não completar a mãe, que por sua vez também é vista como podendo ou não dar o que lhe falta –, há um momento em que se dá a passagem que acrescenta ao jogo de tapeação o plano da relação simbólica. Isso

não quer dizer que a importância e o peso desse primeiro Outro que é a mãe desapareçam. Nas palavras de Lacan, “*é devido a esta etapa, ou, mais exatamente, a esse vivido central essencial do Édipo no plano imaginário, que este complexo se expande em todas as suas conseqüências neurotizantes, que encontramos em mil aspectos da realidade analítica*” (1956-57: 211). Continuando, ele acrescenta que é desse modo que se vê introduzir a degradação da vida amorosa a que Freud consagrou um estudo especial. O apego a esse primitivo objeto real que é a mãe frustrante tem conseqüências. Trata-se de apreender que, em cada etapa, o que intervém remaneja retroativamente o que se iniciara na etapa anterior.

Hans se encontra aí questionando a potência materna, procurando algo que lhe forneça a chave para sair de um impasse. O que acontece é que aquilo que foi para ele o paraíso, ou seja, o tempo de ser para a mãe tudo o que ela quer, ou esse jogo do engodo onde *se é o que não se é*, desvela-se em uma armadilha. A partir do momento em que a criança se encontra com a pulsão real, ou seja, no momento em que seu pênis, como no caso de Hans, começa a se manifestar, ele o sente como algo de “miserável”. A criança se vê no desamparo de não mais bastar à mãe. Ela se confronta com a enorme hiância que existe entre satisfazer uma imagem e ter algo real para apresentar: “apresentar *cash*”, diz Lacan (1956-57: 232). É nesse momento em que a criança se vê como elemento apassivado desse jogo, em que é presa das significações do Outro, que uma intervenção se faz necessária. Se, na frustração, a criança se vê lidando com a falta no registro do imaginário, ou seja, em um jogo de oscilação e reversibilidade, ela não sai disso sem que se introduza algo de irredutível: a falta colocada em uma articulação com outro registro.

Como mostra Lacan, convém que o pênis real seja posto fora do jogo, ou seja, que esse assunto seja resolvido alhures, saindo das mãos da criança. Isso acontece quando a intervenção do pai introduz a ordem simbólica por uma presença real, tornando possível que todo esse jogo com o falo seja retomado de outro modo no plano imaginário. Segundo Lacan, se isso não acontece, a criança se vê na situação muito particular de estar inteiramente entregue ao olhar do Outro, ou seja, exposta a uma invasão para a qual não tem defesa. Essa situação só tem saída pelo complexo de castração. Nas palavras de Lacan:

A castração nada mais é que aquilo que instaura na sua ordem verdadeira a necessidade da frustração, o que a transcende e a instaura

numa lei que lhe dá um outro valor. Isso, aliás, é também o que consagra a existência da privação, pois a idéia de privação não é de modo algum concebível no plano real. Uma privação só pode ser efetivamente concebida para um ser que articula alguma coisa no plano simbólico (1956-57: 100).

A articulação entre os três registros é feita, desse modo, de forma eminentemente clínica. E é com esse intuito que essas categorias (frustração, castração e privação) são introduzidas aqui. Não é possível articular o que quer que seja sobre a incidência da castração sem isolar a noção de privação, uma vez que ela é o que Lacan chama de “furo real”. Isso quer dizer que a castração toma por base a apreensão no real da ausência de pênis na mulher. A noção de privação, como foi dito, implica a simbolização do objeto real, ou seja, é só a partir desta que é possível indicar que alguma coisa não está ali onde nunca esteve. Ao mesmo tempo, *“a castração só entra em jogo na medida em que atua no sujeito sob a forma de uma ação incidindo sobre um objeto imaginário”* (Lacan, 1956-57: 224). A ordem simbólica intervém no plano imaginário, fora do par real mãe-criança. Se o pai simbólico é considerado uma necessidade da construção simbólica que só pode ser situado em um mais-além ou só pode ser alcançado por uma construção mítica, a castração está ligada à intervenção do pai real. Em outras palavras, esse pai simbólico ou mítico – que, segundo Lacan, é o que era visado por Freud na noção do pai – é algo que só intervém por intermédio do pai real. É isso que permite dar à relação imaginária sua nova dimensão. Essa alteridade absoluta, embora não saibamos de que modo se introduzirá, faz sua entrada sempre em alguma situação específica, muitas vezes sob a presença de um personagem real.

A resolução do que se passa no Édipo é definida desde 1956 como a instauração da lei como algo que responde no simbólico, havendo, desde então, a importância de um real no simbólico e não no espaço imaginário.

No atendimento de Hans, a complexidade da estrutura, que é o que importa destacar aqui, aparece na distinção dos vários aspectos do pai, principalmente a distinção entre um pai simbólico e um pai real que não se reduz ao pai da realidade. Em sua leitura do caso, Lacan diz não ter sido por acaso que Freud tenha tido, inicialmente, sua atenção voltada para as cenas de sedução primitivas, mas que não se trata, no que diz respeito à castração, de fantasiar todo o assunto (1956-57: 226). Mais do que qualquer conteúdo relacionado a essas cenas, a

intervenção do pai real é, nas suas palavras, o que introduz a dimensão exigida de uma alteridade absoluta.

Resumindo, é desde a relação imaginária primitiva, aquela por onde a criança é introduzida a uma tríade (mãe, criança e falo), que a falta do objeto se introduz e pode ser tomada pelo sujeito em diversos registros. Ao articular real, simbólico e imaginário – os três registros da realidade humana –, Lacan diz que “*a própria estrutura que nos impõe a distinção entre a experiência imaginária e a experiência simbólica que a normatiza, mas unicamente por intermédio da lei, implica que muitas coisas se conservam dela, coisas que não nos permitem, em caso algum, falar da vida amorosa como sendo simplesmente do registro da relação de objeto... Essa estrutura deixa basicamente aberta, em toda a vida amorosa, uma problemática*” (1956-57: 219).

A possibilidade de uma distinção entre a experiência imaginária e a experiência simbólica, como diz Lacan, só se faz por intermédio da lei que se baseia no real. A lei intervém a partir da relação com aquilo que seria o real no simbólico ou, em suas palavras, com aquele que é *realmente* o pai. Mas não no sentido em que se pudesse dizer o que é realmente ser pai, e sim no sentido, de acordo com Lacan, de que isso é algo que se introduz. O pai se introduz como um elemento real, acrescentando ao jogo do engodo, da presença-ausência da mãe, o que seria o real no simbólico. Dito de outro modo, se a mãe é simbolizada, se já está lá, o pai tem, segundo Lacan, de ser introduzido. E esse pai que se introduz – pai real como algo de “estrangeiro-familiar” – é o que permite o enodamento entre os três registros ou entre os vários níveis em que o pai intervém.

No caso de Hans, esse aspecto do pai real se introduz de modo muito particular. É nessa passagem que se revela a estrutura que é a do ato ou aquela que é específica do sujeito, isto é, uma estrutura que pontualmente, quando uma amarração articula os três registros, dá lugar ao sujeito como efeito. No caso Hans, é possível entender de que modo essa estrutura se apresenta a partir das várias articulações que são construídas ao longo da sua análise. No fim das contas, o que se dá é a entrada em uma ordem complexa que é também a que, em sua radicalidade, constituirá a relação do homem com a mulher. Ou ainda, de acordo com Lacan, o que se dá é a entrada em uma ordem que, por se articular em torno de um real, impede-nos de falar da vida amorosa como se ela pertencesse ao registro da relação de objeto. Trata-se de uma ordem que põe em jogo a questão

do desejo, movido sempre por uma falta irreduzível introduzida pelo registro da castração.

O problema para nós é justamente conceber por que, pelo efeito de que necessidade, a castração se introduz no desenvolvimento típico do sujeito, onde se trata para ele de unir-se a esta ordem complexa que constitui a relação do homem com a mulher (1956-57: 224).

### 3.3 - Hans e a estrutura do ato

Retomaremos parte do que já foi dito para acompanharmos o que se dá no atendimento de Hans.

O que se passa em sua família não lhe favorece sair do impasse em que se encontra em sua relação com a mãe. Seu pai é muito gentil, compreensivo, mas não tem nenhuma ascendência sobre sua mãe. Esta, por sua vez, mantinha o costume de ter Hans na sua cama no lugar de seu próprio marido. É Hans quem diz ao pai que ele deveria estar bravo com alguma coisa, como se o chamasse a se apresentar em uma posição desejante, posição por meio da qual algo de irreduzível pudesse se transmitir. Uma vez que isso não acontece, Hans se põe a um trabalho a partir da transferência com Freud.

O que ocorre no atendimento possibilita a Hans confrontar-se com outra coisa que não a mãe fálica. Isso depende, porém, de um trabalho minucioso de Freud ao acompanhá-lo e dar sustentação a suas construções. De acordo com Lacan, no fim, *“o pequeno Hans emprega um único mito, um só elemento alfabético para resolver seus problemas, isto é, a passagem de uma apreensão fálica da relação com a mãe a uma apreensão castrada de relações com o conjunto do casal parental”* (1956-57: 290).

Não me deterei em toda a extensão do caso, pois o que interessa aqui é delimitar como Freud introduz uma espécie de operador lógico que abre uma via para a estrutura específica do sujeito, ou seja, uma estrutura que se (re)apresentará a cada vez que o desejo se manifestar, algo que se dá sempre em ato.

Freud recebe Hans, que chega completamente engajado em uma relação na qual o falo desempenha o papel mais evidente. Ele está o tempo todo fantasiando o falo, interrogando a mãe sobre a presença do falo nela, no pai e nos animais. A

falta do objeto se apresenta em sua face imaginária, e se articulará com a falta tomada nos demais registros.

A entrada da frustração numa dialética que a situa legalizando-a, e lhe dá igualmente a dimensão da gratuidade, é uma condição necessária ao estabelecimento desta ordem simbolizada do real onde o sujeito poderá, por exemplo, instaurar como existentes e admitidas certas privações permanentes (1956-57: 102).

Lacan articula aí as faltas colocadas pelos três registros, e é esse o trabalho que se apresenta para Hans.

A chegada de sua irmã trouxe para ele vários elementos novos. Hans foi obrigado a submeter-se a um certo grau de privação, que começou por uma separação temporária da mãe e redundou em uma diminuição permanente na quantidade de cuidado e atenção que recebia até então. Ele também experimentou uma reanimação dos prazeres que desfrutara quando bebê. Segundo Freud, “*como resultado dessas duas influências, suas necessidades eróticas tornaram-se intensificadas, enquanto, ao mesmo tempo, começaram a obter satisfação insuficiente...*” (1909: 138). Essa excitabilidade erótica intensificada encontra, segundo Freud, expressão em suas fantasias. Hans se depara com o grande enigma sobre a origem – “de onde vêm os bebês?” –, que é, nas palavras de Freud, o primeiro problema a ocupar a mente de uma criança. Aí, sublinha o fato de que havia algo mais que não podia deixar de torná-lo inquieto: seu pai tinha de ter algo a ver com o nascimento de sua irmã, pois ele tinha declarado que eles eram seus filhos. Hans, no entanto, sabia que não era ele quem os tinha trazido ao mundo, mas sim sua mãe.

Então, levando em conta que o complexo de Édipo introduz, a partir de um certo momento, o fato de que a mãe é considerada e vivida em função do pai, Hans se põe a construir as possibilidades genealógicas que existem, ou seja, as diferentes maneiras pelas quais uma criança pode se relacionar com um pai e com uma mãe, assim como o que isso significa. Não havendo “pai real” para tirá-lo do impasse em que se encontra na relação com sua mãe, Hans utiliza o cavalo como elemento de mediação. “*O cavalo é o elemento do qual se diz que morde, que ameaça o pênis, e também que cai, e é por isso, de acordo com o que nos diz o próprio pequeno Hans, que ele foi posto em jogo*” (1956-57: 391).

O que Lacan marca é que o cavalo cumpre as funções da queda, sendo sob esse título que é introduzido como um termo essencial a essa fobia, em que se vê

afirmar o que são, realmente, os objetos para o psiquismo humano. Segundo ele, o objeto está, a um só tempo, no real e é manifestamente distinto deste. Ele não é acessível à conceitualização senão, segundo Lacan, por intermédio de uma formalização significante. A partir de suas construções, Hans experimenta o objeto fóbico desempenhando um papel que não é preenchido pelo personagem do pai. Ao experimentá-lo como elemento em torno do qual giram todos os tipos de significação, e que, ao mesmo tempo, não contém antecipadamente em si mesmo todas as significações, mas apenas a partir do lugar que ocupa, Hans se põe a trabalhar. O curioso é que, segundo Lacan, esse elemento é tanto objeto quanto significante, ou melhor, trata-se de “*um significante que é bruto*” (1956-57: 411). Nele, há a condensação de duas funções de ancoragem. Ele é um pivô em torno do qual se agarra aquilo que vacila – entrando aí como um elemento irreduzível –, e também propiciador de virtualidades que são oferecidas pelo uso que dele se faz – com um papel também metafórico. Trata-se, portanto, de um elemento que está em um estágio original, fundador e formador de objetos, e é um objeto posto em função de significante.

Além disso, Lacan situa a função do cavalo como um termo que tem a propriedade de ser “*um significante obscuro*” (1956-57: 314). Ao aludir à coincidência fonética existente em francês entre “um significante” (*un signifiant*) e “insignificante” (*insignifiant*), ele diz que, sob certos aspectos, trata-se de um termo que é “insignificante”, acrescentando qual seria a sua função mais profunda: desempenhar “*um papel de relha cuja função é tornar a fundir, de maneira nova, o real*” (Lacan, 1956-57: 314).

O que se colocará na análise de Hans, então, será fazer evoluir esse esquema posto em jogo a partir da entrada desse elemento, ou seja, permitir que ele desenvolva as significações de que esse sistema é capaz. Incluído como testemunha suprema, Freud ocupa o lugar de um elemento essencial de toda espécie de articulação da verdade. Hans não demora a crer nele, como todos nós cremos sempre, segundo Lacan, no bom Deus. É logo em uma das primeiras sessões que Freud revela algo a Hans, quando lhe diz que ele tem medo de seu pai porque ama muito a sua mãe. Mais tarde, em outro momento, introduz a fórmula hoje célebre: “bem antes *que você viesse ao mundo, já se sabia que um pequeno Hans nasceria um dia e amaria tanto sua mãe que seria forçado a ter medo de seu pai ...*”

Essa intervenção propicia uma primeira melhora em Hans. E isso não se dá pelo conteúdo da explicação dada por Freud, mas sim pelo lugar de onde ela foi enunciada e recebida por Hans. Como enfatiza Lacan, a enunciação parte de um lugar situado como aquele do pai simbólico, garantidor da ordem universal. Mas também se introduz aí uma nova fórmula gramatical que porta uma oposição lógica: “*bem antes* que ele viesse ao mundo... *já...*”. Essa estrutura, a partir de então, aparecerá no discurso de Hans de diversas formas, em suas várias construções, como se a fórmula se pusesse a trabalhar nele, abrindo-se um funcionamento da estrutura a partir da ocupação de um determinado lugar por Freud.

Freud nota que a fobia ousa se mostrar e, de acordo com Vandermersch (1994: 3), passa a se exprimir mais claramente nos termos da oposição “*bem antes...*, *já*”. Segundo Vandermersch, essa seria uma primeira escritura do desejo prevenido fóbico, ou seja, essas fórmulas expressam um recuo de Hans em diversas situações que lhe dão medo. Hans a utiliza em diversos momentos para se referir, por exemplo, seja ao medo que sentiu da carroça correr – “*eu nem tinha subido a rampa, a carroça já me levava*” – seja à sua irmã – “*você sabe, ela já estava desde muito tempo no mundo, mesmo quando ela ainda não estava lá*”. Os exemplos do uso dessa fórmula em suas construções são inúmeros. Também tem importância aí a atribuição de um saber que Hans faz a Freud, sem o que não seria possível se pôr a trabalhar desse modo, ou seja, em busca de alguma solução que ele supõe a Freud saber onde deva estar.

Desse modo, interessa nessa oposição que se repete, até desembocar em sua última construção, a articulação dos três registros que vai sendo feita e que, em determinado momento, permite a Hans sair da fobia.

Desde o começo, quando ficou aterrorizado pela queda de um cavalo, Hans começou a fazer uma cadeia de associações, que era alimentada pelos diálogos que tinha com seu pai, cujas constatações este conversava com Freud. Depois de passar, nessas associações, pelo tema do medo de ser mordido ou de que o cavalo caísse, pela analogia com o desejo e o medo de seu pai puni-lo por seus desejos, assim como pela analogia com a carroça cheia e a mãe grávida, Freud assinala que a posição de Hans se torna muito diferente do que tinha sido até então. Até aquele momento, seu pai era capaz de lhe dizer o que estava por vir, enquanto Hans simplesmente seguia sua orientação.

Mas Hans abre caminho à frente e cria novas fantasias. Nesse segundo momento, ele conta ter pensado em algumas coisas. Por exemplo: “*eu estava no banho, e então veio o bombeiro e desapareceu a banheira. Depois ele pegou uma grande broca e bateu no meu estômago*” (Freud, 1909: 74). Como indica Freud, daí em diante o material introduzido na análise ultrapassa de longe o seu poder de compreendê-lo. Ele chega a dizer que, mais tarde, pôde ver aí uma remodelação de uma fantasia de procriação, distorcida pela ansiedade. A grande banheira em que Hans se imaginou seria o ventre de sua mãe, e a broca, o pênis de seu pai, o responsável por colocá-lo ali.

Antes de chegar a isso, porém, Hans continua suas associações. Ele mostra medo de que lhe dessem banho e confessa ter desejado que sua mãe deixasse sua irmã cair enquanto estivesse sendo banhada. Nesse momento, passa, segundo Freud, do tema do cocô para o tema da irmã (Freud, 1919: 134), valendo-se da hipótese de que os bebês nasciam como *lumfs* (*cocôs*). Freud diz poder reconhecer que as carroças de mudança, carrinhos e ônibus só tinham interesse para Hans como representações simbólicas da gravidez, podendo o cavalo que caíra também ser uma representação de sua mãe no parto (Freud, 1919: 135).

Lacan, por sua vez, atribui essa violência da broca batendo em seu estômago ao arrombamento causado pelo sexual que surge do exterior. Trata-se de algo que lhe chega e o deixa em posição passiva. E chama a atenção o fato de que essa violência de um real sexual seja atribuída a um pai inclusive por Hans, cujo pai é especialmente doce.

O próprio Freud destaca uma surpresa feita por Hans depois dessa fantasia. De acordo com ele, Hans se mostrava cético em relação a tudo que apontasse a presença da cegonha, uma vez que, em seu inconsciente, sabia de onde o bebê tinha vindo e onde tinha estado antes. O que evidenciava isso era uma fantasia em que ele persistia com obstinação, segundo a qual sua irmã tinha estado com eles no verão anterior ao nascimento dela, tinha viajado para lá com eles “*e tinha sido capaz de fazer muito mais do que podia um ano mais tarde, depois que ela tinha nascido*” (Freud, 1909:135). Essa suposição de que ela tenha estado desde sempre ali, quase que desde toda eternidade, como diz Lacan, supõe em Hans “*uma organização significativa bem adiantada*” (1956-57: 418). Além disso, o fato de que ela tinha sido capaz de fazer muito mais mesmo antes de nascer põe em relevo não apenas uma outra temporalidade, mas também o modo como se dá a presença

do sujeito. Hans frisa bem que “*ela está ali tanto mais quanto, na realidade, ele sabe muito bem que ela não está*” (Lacan, 1956-57: 419). Essa formulação, aliás, dá notícias do que seria a própria estrutura do sujeito ou a alienação do sujeito ao simbólico.

É somente depois disso que Hans expressa sua última fantasia – segundo Freud, triunfante e apaixonada –, com a qual supera seu medo de castração. No dia 2 de maio, ele chama o pai e diz ter pensado uma coisa, que conta com sinais de considerável resistência: “*o bombeiro veio; e primeiro ele retirou o meu traseiro com um par de pinças, e depois fez o mesmo com o meu pipi*” (1909: 105). Hans frisa o que o bombeiro dizia: “*deixe-me ver seu traseiro*”, “*deixe-me ver seu faz pipi*” (1909: 105).

Há uma diferença estrutural nessa última construção. Não há semelhança entre as primeiras fantasias de morder a mãe ou ser mordido pelo cavalo, e essa que aparece depois, de desaparafusá-la (a mãe). O que a última construção introduz, e que torna a fobia desnecessária, é a mãe não mais em um lugar ameaçador, e sim como um “elemento móvel equivalente aos outros” (Lacan, 1956-57: 417). Além disso, Hans também dá destaque aí a um comando que se enuncia no imperativo. O que se dá de novo é a introdução da lei por intermédio dessa enunciação sustentada pelo bombeiro. Hans se submete a ela, e se a fobia cede, é porque o real se pôs no simbólico e não no espaço imaginário. Em outras palavras, a assunção da lei não se produziu por uma injeção de um novo ideal na lógica imaginária; não foi porque Hans ganhou um faz pipi maior, mas sim porque uma modificação da estrutura ou da topologia do inconsciente lhe retira da “comparação” infinita e lhe permite pôr um fim a evitação em jogo na fobia. Isso acontece a partir da presença do desejo de Freud, que em ato dá sustentação a essa estrutura (“*ainda não ..., já*”) que é a própria estrutura do desejo. Dito de outro modo, a sustentação freudiana da importância do trabalho de associações de Hans permitiu que se abrisse um lugar, habitado pelo bombeiro, para o impossível golpe fundador do sujeito.

A fórmula fóbica que o fazia parar antes do ato, em um tempo tomado linearmente, é substituída pela seguinte fórmula: “*bem antes que eu saiba o que seja isso, eu já embarquei em um desejo que nada pode anular e a que se reduz minha existência de sujeito. Nada me resta que reiterar a operação que me funda*” (Vandermersch, 1994:6). Há algo aí de uma temporalidade outra, que se

conjuga com a topologia, ao reunir dimensões distintas. É sempre nessa temporalidade, de um tempo que se abre para se fechar, que o desejo se apresenta. Trata-se de um campo que, diz Lacan, sustenta-se em pura perda, abre-se para se fechar (Lacan, 1964: 188).

É bem expressivo desse momento o que Lacan diz sobre o que teria sido operante no desvanecimento da fobia. Segundo ele, todos esses rodeios se revelaram salutareos em razão do fato “*não de que o pequeno Hans tenha esquecido tudo o que se passou, mas de que ele se tenha esquecido*” (Lacan, 1956-57: 421). Como efeito do ato, o sujeito pode advir e se autorizar de seu desejo, que se apresenta sempre ali onde *se* tenha esquecido. Não se trata, de modo algum, de algo voluntário. Se o sujeito não é agente do ato, mas efeito, isso significa que, no ponto em que há ato, o sujeito não está ou, como diz Lacan, o que acontece é que ele ali “*se tenha esquecido*”.

O que foi salutar por ter permitido a Hans uma saída se deu, como vimos, a partir da entrada de um real no simbólico funcionando como um golpe fundador do sujeito. Essa incidência possibilitou uma nova articulação feita entre um tempo mítico, simbólico ou intemporal (um *já lá*), e um tempo imaginário, vivido no espaço como dimensão linear. Vale dizer, o que se deu foi um encontro com um *já lá* que precipitou o sujeito no desejo, antes que ele soubesse...

As construções de Hans em sua análise lhe deram acesso, então, a um irreduzível, por onde uma amarração se fez, permitindo a abertura de um lugar para o sujeito.

### **3.4 - A saída de Hans da fobia e a posição de seus pais**

Na saída encontrada por Hans, não há dúvida de que um caminho se abriu. Lacan, porém, discorda de Freud de que tenha sido uma saída típica, sublinhando a prevalência de um aspecto imaginário.

Como foi visto, a fobia já tinha se configurado como uma resposta à não-instalação da castração, em razão de o pai não se introduzir como um elemento real. Para que a castração se instale no caso do menino, que tem seu apêndice natural, Lacan mostra que “*é preciso que ele o obtenha de algum outro, nessa relação com aquilo que é o real no simbólico: aquele que é realmente o pai*”. E continua, indicando que não se pode dizer o que é ser pai, mas que “*isso é algo,*

*justamente, que já se encontra ali no jogo. É o jogo jogado com o pai, jogo de quem perde ganha, se assim posso dizer, que por si só permite à criança conquistar o caminho por onde nela será depositada a primeira inscrição da lei”* (1956-57: 214).

Não é simples considerar esse *por si só*. No caso de Hans, o fato de ele se encontrar em uma posição de rivalidade quase fraterna em relação a seu pai tem conseqüências. Para que esse “*algo que já se encontra ali no jogo*” de fato se faça presente, é preciso que certas condições se cumpram, seja do lado da mãe, seja do lado do pai. E, além disso, coloca-se ainda a questão da conquista, isto é, de algo que fica do lado da criança.

Acontece que se o que há a se cumprir, seja de que lado for, é da ordem do desejo, isso não se faz por decreto. É por isso que se trata de dar relevo aqui ao que é da estrutura do ato<sup>5</sup>. No atendimento à criança, essas condições que se colocam dependem também das posições da mãe e do pai. Nesse sentido, é sempre difícil a posição de um analista que toma uma criança em análise. Em relação aos pais de Hans, a posição de Freud não era menos complicada. A mãe de Hans fora sua paciente e o pai de Hans era seu aluno. Se o que está em jogo também na escuta desses que são os pais da criança é a posição desses sujeitos em relação à estrutura da linguagem, esse trabalho tem limites e, em cada caso, especificidades. De qualquer modo, não se trata de trazer a público o drama familiar e a neurose escancarada de todos. Não se trata de expor as fragilidades de cada um na família. Ao mesmo tempo, toda a delicadeza aí é que se, por um lado, não se trata da análise dos pais, é importante que a intervenção também com eles possa favorecer que eles se interroguem sobre suas posições em relação ao seu filho.

Mas isso não é simples, uma vez que implica um preço a pagar. E esse preço, por questões de estrutura, pode ir além de um preço que se pague como mãe ou pai, podendo implicá-los como sujeitos, em suas posições de homem e mulher. Nesse sentido, até que ponto é possível a um pai e uma mãe se depararem com suas posições não está dado de antemão. E isso tem sua incidência também na análise da criança.

---

<sup>5</sup> De acordo com Lacan: “É sempre por meio de algum ultrapassamento do limite, que o homem faz a experiência de seu desejo. É essa a definição do que é o ato” (1959-60: 370).

No caso de Hans, Lacan chama a atenção que nada mudou na relação entre o filho e o pai. Ele diz que os laços entre eles estão amarrados por toda essa experiência analítica, mas o que Hans diz para o pai muito bem no fim é isto: “*a partir de agora você vai ser o vovô*” (1956-57: 394).

Essa consideração é o que leva Lacan a não concordar com Freud de que a saída encontrada por Hans é uma solução típica do Complexo de Édipo. Essa saída inclui, então, o que é feito a partir da (e com a) posição que é a dos pais. Segundo Lacan, o pequeno Hans encontrou uma suplência para esse pai-vovô que se obstinou em não querer castrá-lo, e isso bastou para libertá-lo da fobia. Mesmo que Hans tenha encontrado uma saída, Lacan marca que sua utilidade não supriu a carência do pai imaginário castrador (que não é sem relação ao pai real). E isso aparece no fim, quando Hans torna a jogar com seus filhos imaginários.

Seu pai lhe pergunta como ele pode ter filhos, se sabe que um menino não pode. Hans lhe responde que ele sabe, que ele antes era a mamãe, mas agora é o papai. É aí que ele diz, em resposta à pergunta feita pelo pai, que a mãe de seus filhos é sua mãe, e que ele (seu pai) é o avô. A análise de Freud é de que tudo termina bem, que o pequeno Édipo encontrou uma solução mais feliz que a prescrita pelo destino. Em lugar de eliminar seu pai, concede-lhe o mesmo destino que aspira para si, designando-o como avô e o casando com sua própria mãe, ou seja, com sua avó.

De acordo com Lacan, porém, se por um lado foi possível a Hans conquistar um caminho por onde foi depositada nele a primeira inscrição da lei, por outro, esse caminho percorrido se liga à carência do pai. Dito de outro modo, por um lado, Hans pôde suportar seu pênis real e formular de alguma forma que ele o obteria de um outro, pois poderá vir a ser pai; de outro, a mãe, no fim do processo, foi, como diz Lacan, desdobrada. Essa reduplicação mostra a necessidade de um terceiro personagem, que, na falta do pai, é a famosa avó. Segundo Lacan, portanto, Hans encontra um equilíbrio sobre três pernas, o que é realmente “*o mínimo sobre o que se pode estabelecer a relação com o objeto*” (1956-57: 394/395). Em outras palavras, o fato de Hans acrescentar à mãe uma segunda, representada pela avó, é o que faz com que Lacan marque que ele se instaura em uma paternidade que é imaginária.

O que fica escamoteado nesse jogo é o que precisa ser transmitido como impossível de ser saturado: o buraco cavado pelo significante em todo ser falante.

Essa transmissão é o que permite que aquilo desde sempre perdido tenha um efeito separador não só do sujeito com sua mãe, mas do sujeito consigo mesmo, uma vez que se trata justamente do que o constitui como sujeito barrado. Esse efeito separador, então, depende de que se vá além do registro da mãe fálica e de que se tenha acedido, em alguma medida, ao que seria a relação da mulher com o falo.

Na clínica com crianças, muitas vezes para que isso se apresente em alguma medida, é preciso um trabalho não só com a criança, mas também com aqueles que, assumindo os lugares de pai e de mãe, têm responsabilidade na transmissão de um impossível. E é sempre a cada vez, a cada caso, que as mais diversas configurações se estabelecem. De qualquer modo, se foi visto com Hans, na particularidade de seu caso, de que modo a entrada de um real no simbólico<sup>6</sup> se deu, também foi dado destaque a algo que permaneceu escamoteado, e que levou Lacan a falar que, no fim, esboça-se uma paternidade imaginária, que elude, de forma elegante, o que de fato está em questão.

Mas o que está em questão? O que está em questão é a assunção da lei da castração na saída do Édipo, que marcará a relação do sujeito com a falta do objeto. Como enfatiza Lacan, o caminho percorrido por Hans foi atípico, e isso se liga à carência do pai, que, por não ter incidido sobre a mãe, não marcou uma distinção entre esta e as demais “parceiras femininas”. A estrutura originalmente narcísica das relações de Hans com a mulher está indicada no desenlace da solução de sua fobia. De acordo com Lacan, a mulher, para ele não passará da fantasia das pequenas irmãs-filhas, em torno das quais terá girado sua crise infantil. Sua relação com as mulheres será marcada por essa gênese narcísica, durante a qual Hans “*conseguiu se colocar em ortoposição com referência ao parceiro feminino*” (1956-57: 396).

---

<sup>6</sup> Essa idéia de um *real no simbólico* foi exposta em Lacan em diferentes momentos e se relaciona à presença da angústia e também a de um impossível. Em 1953, ele comenta, referindo-se ao neurótico, que a “culpabilidade é preferível à angústia”, sendo a última ligada a uma perda, “*a uma relação dual prestes a desvanecer-se, e à qual deve suceder algo mais que o sujeito não pode abordar sem uma certa vertigem*”. Aí estaria o registro e a natureza da angústia, que sinaliza a entrada de um outro registro que pode ser denominado lei, quando vivido desse modo, ou seja, nessa articulação com o real. Lacan diz que essa entrada pode ser vivida no registro do imaginário, e aí o que tem lugar não é a lei, mas a culpabilidade. Em 1956-57, ele volta a falar do “*real no simbólico*” (1956-57: 214) também referido à primeira inscrição da lei, marcando também que a lei “está baseada no real” (1956-57: 216). Mais tarde, ele diz que a categoria do real se distingue radicalmente do simbólico e do imaginário, e que “*o real é o impossível*”, acrescentando: “*não na qualidade de simples escolha contra o qual quebramos a cara, mas de escolha lógico daquilo que, do simbólico, se enuncia como impossível*” (1969-70: 116).

Tendo havido uma articulação que lhe retirou da fobia, Lacan situa uma deficiência com relação à assunção da castração. É nesse sentido que ele diz que a solução que instaura o pequeno Hans em um registro vivível de relações objetais *é e não é* um sucesso.

Faz-se necessário, então, avançarmos ainda mais na importância do aspecto real do pai em sua articulação com o sexual na relação entre os pais. Dito de outro modo, que relação há entre a presença do desejo para a mãe e para o pai, e a operação de suas funções junto à criança?

### 3.5 - O real na função do pai

Em sua carta à Jenny Aubry (1969), ao valorizar o irredutível de uma transmissão, e a partir de uma necessidade que é considerar o que pertence à ordem da constituição subjetiva, Lacan diz o que seriam essas funções da mãe e do pai. *“Da mãe: enquanto seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, que fosse pela via de suas próprias faltas. Do pai: enquanto seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo”* (1969: 14).

Essa é uma referência importante no que diz respeito à atenção aos pais da criança em análise. Ela também lança luz aos recortes de casos do NAV em que, no início deste capítulo, demarcou-se a posição dos pais.

Retornando às situações clínicas do caso de João<sup>7</sup>, aquele menino agitado cuja mãe diz que seu pai não tem importância, é possível situar que ali, quando essa mãe pode oferecer um lugar a esse homem em seu discurso, algo se dá no sentido de possibilitar um particular interesse dela em direção a esse filho. Quando fala da sua relação com esse homem que a tomou como mulher, ela dá lugar ao desejo que, parafraseando Lacan, abre a via de suas próprias faltas. Foi muito interessante ver, a partir daí, João não mais chamar indiferenciadamente de mãe tanto sua mãe quanto sua avó, como se a confusão tivesse se dissipado. Ao contrário de Hans, uma reduplicação desapareceu, assim como seu medo de ser esquecido ou de não ter lugar. Em outras palavras, seu lugar aparece de outro modo com a referência feita pela mãe ao pai, ou seja, com a possibilidade de ele se localizar como fruto do desejo desse casal parental.

---

<sup>7</sup> Ver página 88.

Nesse caso, então, fez diferença para a criança a entrada do pai como homem no discurso da mãe. Deixa-se aqui aberta, todavia, a questão de saber se, para que os cuidados da mãe tragam a marca de um interesse, particularizado que seja, pela via de suas próprias faltas, como diz Lacan a Jenny Aubry, há ou não outras vias possíveis. De todo modo, o que a clínica mostra é que faz diferença quando a mãe, ao se remeter a algo fora dela, vê-se preocupada em seu desejo sexual.

Com relação à função do pai, seu nome ali pronunciado – ele diz “*até meu irmão de um ano (que ainda não é grande) já sabe quem é Cláudio (seu pai)*” – sem dúvida lhe permitiu uma separação da mãe, como se o registro da potência tivesse se destacado dela, ou seja, como se ele tivesse sido liberado de ter a seu encargo esse assunto de corresponder ou não ao desejo da mãe, já que isso ficou atribuído a esse que foi seu pai.

Teria essa introdução do pai na fala da mãe funcionado como a entrada de um pai real? Essa é uma questão que se recolocará em cada caso em função das circunstâncias. Nesse caso, em que o pai foi morto, é interessante que esse aspecto real possa ser claramente separado de uma realidade. O que se vê é que esse efeito de liberação do sujeito de ter que “salvar o pai” ocorreu a partir do momento em que a mãe se referiu a esse homem que portou o falo.

A saída do impasse que é essa relação com a mãe depende de uma disjunção pênis-falo, ou seja, depende de que o sujeito realize que o que se perde não é o pênis, mas o falo como objeto imaginário. O que se perde é aquele objeto imaginário com o qual o sujeito se confundia, aquele que dava a ilusão de ser adequado à falta do Outro. No lugar de buscar adequação, sua formulação “*ainda não grande, já sabe*” dá notícias de um passo ou uma transposição. De acordo com o que foi trabalhado sobre o caso de Hans, é possível levantar a hipótese de que houve, nesse caso do NAV, a entrada de um real ocorrida a partir de uma fala da mãe em que o desejo se faz presente.

A hipótese aqui é que a introdução pela mãe do nome do pai pode ter servido, nesse caso, como diz Lacan na carta a Jenny Aubry, *como vetor de uma encarnação da Lei no desejo*. O nome<sup>8</sup> (Cláudio), dito nesse momento em que ela

---

<sup>8</sup> Não entraremos aqui na questão sobre o nome em toda a sua abrangência. O que importa destacar é que a nomeação do pai pela mãe situa de um modo específico as suas falhas (da mãe). Melman marca que é importante que um lugar vazio cause o desejo da mãe, que se dirige a isso. Para que

se refere de um modo diferente a esse que é pai de seu filho – assujeitando-se ao campo do Outro –, teve uma incidência importante sobre a criança. No caso de Hans, apesar de todo o seu trabalho, faltou algo relacionado a essa incidência dada pela presença do desejo. Daí Lacan ter dito que a sua saída do Édipo foi atípica.

Se no Seminário *A Relação de Objeto* Lacan já dizia que, na relação entre o homem e a mulher, permanece sempre aberta uma hiância – introduzida a partir da importância do reconhecimento de uma privação para ambos os sexos –, é mais tarde, no seu Seminário *RSI* (1974-75), que ele articula essa hiância à dimensão do desejo em sua radicalidade. Em outras palavras, é nesse momento que ele marca que a “dignidade” paterna deve seu valor principalmente à transmissão de uma posição desejante, ao articular a intervenção do pai real com o pai “*père-vertidamente*” orientado e afirmar que “*um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o-dito amor, o-dito respeito, estiver, (...) père-vertidamente (ou perversamente) orientado, isto é, feito de uma mulher, objeto pequeno “a” que causa seu desejo...*” (1975: 21/01/1975). Nesse ponto, é mais explícita a importância da posição daquele que ocupa a função do pai.

A importância do desejo na relação entre os pais se deve ao fato de que o modo como o casal vive essa problemática tem efeitos relevantes no que é transmitido para a criança. Se o pai quer algo, se ele se dirige ao outro, se deseja, é porque também falta algo a ele. E quando ele situa uma mulher como causa de seu desejo (diferente de um objeto que poderia completá-lo), isso faz aparecer nela, por sua vez, “*algo fora do falo, que nem a criança e nem ele próprio nunca poderão preencher*” (Rêgo Barros, 1998: 17). Sendo assim, quando o pai e a mãe ocupam essas funções, situados em posições desejantes, há mais chance de prevalecer para cada um o objeto “*a*” causa de desejo<sup>9</sup> do que o falo tomado como um tampão ideal da falta.

Há uma relação que se destaca aqui entre a presença desse objeto “*a*” e a entrada da lei e do desejo para a criança, que originalmente vem como algo de “fora”. Quando o pai se orienta perversamente, ele é causado por esse objeto que é sempre fora da lei ou fora da articulação significante, sendo essa a razão de o

---

esse lugar se torne uma instância *Una*, todavia, é preciso que lhe seja dado um nome. Em suas palavras: “o nome Pai dá um valor e uma imagem fálica à instância que, por causa do nome, vai ocupar esse lugar vazio solicitado pelo desejo da mãe” (2005: 32).

<sup>9</sup> Lacan define o objeto “*a*” como o objeto da angústia ou como “*o único testemunho desse lugar do Outro*” (1963: 16/01/63).

desejo ser estruturalmente pervertido. Lacan diz que “*o caráter essencial, vivo, das manifestações do desejo humano*” se deve a seu “*caráter não somente inadaptado e inadaptável, mas, fundamentalmente, marcado e pervertido*” (1957-58: 322). Isso, no entanto, não quer dizer que o pai seja perverso. Uma coisa é a sexualidade humana ser fundamentalmente perversa, outra o caso em que há aí um abuso da perversão<sup>10</sup>.

Quando Lacan interroga o termo “relação de objeto”, em seu Seminário de mesmo nome, ele o faz por mostrar que o objeto de que se trata não é nenhum objeto que possa vir completar, dando ênfase à noção de falta de objeto. Mas, para além da noção de falta, é com o objeto “*a*” como causa que Lacan situa o objeto como sendo comum à lei e ao desejo. Nesse momento, sua crítica ao termo relação de objeto ganha ainda mais evidência, uma vez que ele dá mais precisão ao objeto de que se trata na própria estrutura do sujeito.

Vejam os que é importante lembrar para situar isso de maneira mais precisa. Lacan diz que, no momento em que Freud fala do objeto e da finalidade da pulsão, já estava presente o fato de que esse objeto, em sua função essencial, tem algo que se oculta no nível de apreensão que é o da experiência. Esse objeto não coincide com a finalidade da pulsão, uma vez que esta pode se satisfazer com qualquer coisa. O objeto que importa se refere à noção de causa. Como mostra Lacan, é com a função topológica que se torna possível resolver esse enigma que se coloca com “*a noção de um exterior de antes de uma certa interiorização*” (Lacan, 1963: 16/01/63), ou seja, do exterior que se situa no “*a*”, antes que o sujeito se apreenda no lugar do Outro. É a esse exterior, diz Lacan, que a noção de causa pertence, ou seja, trata-se de uma exterioridade que não é externa ao sujeito.

O que interessa aí é que o campo da “*objetividade*” (Lacan, 1963: 8/05/63), fundamental no que concerne à presença de um real no simbólico, é algo que se introduz desse “fora-dentro”. E é a angústia – o único afeto que não engana – que sinaliza essa presença que é a presença do desejo do Outro. Quando Lacan introduz a *objetividade*, diz que ela é algo “*correlato de um pathos de corte*” (1963: 8/05/63), o que expressa a entrada de uma heterogeneidade radical surgida na perda irreversível do objeto que é o objeto perdido.

<sup>10</sup> Segundo Vappereau (1997), “quando a perversão é bem definida, percebe-se que se pode dispensá-la (*s'en passer*) com a condição de saber servir-se dela (*savoir s'en servir*). Aqueles que não podem dispensá-la (*s'en passer*) abusam dela” (1997: 29).

E o Édipo não é nada mais do que isso. Segundo Lacan, esse mito quer dizer tão-somente que a entrada na origem da lei e do desejo é algo que vem desse “fora”. Nas palavras de Lacan:

Na origem, o desejo do pai e a lei não são senão uma única e mesma coisa e a relação da lei com o desejo é tão estreita que apenas a função da lei traça o caminho do desejo; o desejo, enquanto desejo da mãe, para a mãe, é idêntico à função da lei. É na medida em que a lei o interdita que ela impõe desejá-la; pois depois de tudo a mãe não é, em si, o objeto o mais desejável (1963: 16/01/63).

A mãe não é *em si* o objeto mais desejável! Isso é importante, pois o que se destaca é que a mãe passa a ser o objeto desejável apenas com a entrada da lei que, na origem, é o desejo do pai. É o pai que, “*père-vertidamente*” orientado, marca que aquela mulher é sua – não porque ele pode ter tudo, mas porque ele a deseja –, interditando na mesma incidência tanto essa mãe de reintegrar o seu produto quanto à criança de ter seu objeto do desejo que acaba de se constituir ali. E o desejo, tendo se constituído desse modo, estará a partir daí marcado por esse caráter perverso e inadaptável.

Vale sublinhar que essa incidência também ocorre sobre a mãe porque ela é retirada de um preenchimento fálico, deixando-a em posição de poder se remeter ao Outro, ou seja, de fazer a cortesia de se referir ao Outro. Nessa cortesia, o que está em jogo é o seu consentimento em se direcionar para algo que está fora dela. Quando a mãe busca alguma coisa fora dela, e passa pelo Outro, sua privação pode funcionar para barrá-la, e não para torná-la devoradora. Se sua posição não é essa (de submetida, mesmo que parcialmente, à barra), se ela interpreta como se tivesse sido excluída do mundo daqueles que poderiam se regozijar com seu objeto (caso isso existisse), suas demandas podem se tornar avassaladoras para a criança.

Voltando à função do pai, quando Lacan diz que, na origem, “*a lei é realmente o desejo do pai*” (1963: 16/01/63), o que se dá é que essa lei/desejo faz operar um real que impede que o pai seja transformado naquele que teria sido o pai todo-poderoso. O pai, como princípio de exceção, não é aquele “*pai da horda*” (Lacan, 1969-70: 105) que teria a onipotência de gozar de todas as mulheres. Esse pai da horda, segundo Lacan, é aquele morto desde sempre ou aquele que representa o que ficou de fora da operação de substituição que o

significante instaura. O pai que faz operar um real é, portanto, aquele que deseja e que tem seu poder limitado.

Desse modo, ainda na direção de separar a função do pai daquele que a representa, é possível entender o que Lacan afirma em RSI, ao considerar que um pai é aquele que ocupa um lugar de exceção. Ele diz o seguinte: “*é preciso que qualquer um possa ser exceção (...). Mas a recíproca não é verdadeira. Não deve a exceção se fazer com qualquer um (...)*” (1975: 21/01/75).

Com isso, Lacan sinaliza que, embora estruturalmente qualquer um possa ser exceção, a exceção não se faz com “qualquer um”, no sentido de que é preciso que quem venha aí se faça presente, ou seja, tome para si (*père-vertidamente* orientado, ou seja, desejante) o que diz respeito à ocupação desse lugar. O que faz valer a função de pai é a contingência de uma presença, a presença do desejo como lei, que não se reduz a nenhuma realidade (ainda que sempre se encontre sob alguma).

A ênfase é novamente na presença de uma certa realização. Lacan inclusive sublinha que pouco importa que o pai tenha sintomas, uma vez que a normalidade não é a virtude paterna por excelência, mas só o justo *semi-Deus*, ou seja, “o justo não-dizer, naturalmente à condição de que não esteja costurado com linha branca, esse não-dizer; isto é, que não se veja, afinal, de imediato, do que se trata naquilo que ele não diz” (1975: 21/01/75). Lacan, então, convida-nos a respeitar e fazer valer o *semi-dizer*, uma vez que é aí que está a abertura operada pelo pai real para o sujeito. O pai real é aquilo que faz incidir que há algo que sempre escapa, que o todo não pode ser dito, e que, com isso, há o que fica por conta do sujeito.

Para que se introduza essa abertura, todavia, os elementos que são dados à criança fazem muita diferença. Retomando outra situação clínica já apresentada<sup>11</sup>, no caso da criança que pergunta para a mãe sobre o pai e que dela escuta “*qual pai?*”, o que está em jogo? Se para essa mãe é como se o pai pudesse ser qualquer um, o que fica elidido é precisamente o que a impediria de dizer “qual pai”, ou seja, sua dependência como mulher ao desejo do homem que a fez gerar seu filho. Se tomarmos essa hipótese (de que fica elidido algo que se refere ao real do pai), o

---

<sup>11</sup> Ver página 87.

risco, nesse caso, é apagar justamente a dimensão do enigma ou do *semi-dizer*, que é a mesma colocada pelo desejo ou pela lei.

Essa criança pergunta pelo pai. O que a clínica mostra é que, além dessa questão poder ser trazida pela própria criança, faz diferença o modo pelo qual a mãe responde a isso, ou seja, se ela se refere ou não a alguém outro, e também que lugar esse alguém outro ocupa. Se a exceção não se faz com qualquer um, novamente o que importa é a presença do desejo.

Pode-se ver aí uma relação entre a posição do sujeito na sua condição de homem e a posição do sujeito na sua condição de pai. Se o pai é submetido à castração, se ele se descola do significante que representa, deixando aparecer sua própria falta, isso atualiza uma castração do pai que pode favorecer que ele não seja situado em uma posição nem de exaltação, nem de humilhação – ambas situações muito presentes na clínica com crianças em situações de violência doméstica.

Esse ponto se encontra tematizado também na questão que Lacan apresenta em seu Seminário RSI (1974-75). Ao apresentar o esquema do *nó borromeano* como sendo a amarração dos três registros (real, simbólico e imaginário), Lacan deixa entender que o sujeito é uma hipótese ou a suposição de que os três registros estejam enodados. Mas isso, por sua vez, depende de que eles não estejam saturados. Para que se faça o enodamento, é preciso que, em cada registro, apresente-se uma falta, o que implica que o imaginário também seja descompletado. Quando um pai é exaltado ou humilhado, o registro do imaginário adquire pregnância, que se apresenta na manutenção seja de um pai ideal, seja de um pai denegrado ou responsabilizado pelo fato de haver falta. Aí, escamoteia-se que isso também vale para ele. Desse modo, se o pai é completamente recusado como pai, ou se é um pai “todo pai” (Vandermersch, 2004: 133), nos dois casos, pode ficar excluída essa figura que tem de se autorizar sem ser dele mesmo, isto é, que se autoriza da lei, dando suporte a algo que está na estrutura da linguagem que é a queda do objeto.

No caso de Hans, Lacan assinalou, inicialmente, a ausência do pai real e, no fim, apesar da entrada de Hans no que seria a estrutura do ato, ou a do sujeito, que houve nessa saída uma prevalência do aspecto imaginário. Essa prevalência é algo que, segundo ele, poderá vir a eludir a consequência da verdade trazida pela castração, qual seja, a de que *não há relação sexual* (Lacan, 1972-73: 49). Não há

relação sexual quer dizer que não há complementaridade entre os sexos, pois o que há é a relação do sujeito com a falta do objeto ou, mais ainda, com o objeto que é causa.

Quando Lacan enfatiza a prevalência do imaginário na saída de Hans da fobia, prevalência que aparece em sua fantasia de um arranjo de complementação conjugal possível, pode-se depreender daí tanto a influência da posição de seus pais em relação a ele quanto o que ele (Hans) pôde fazer com isso. Essa prevalência do imaginário se relaciona com toda uma conjuntura que se dá a partir do que o sujeito pôde ou não conquistar do que herdou dos pais. Essa conquista, de certo modo, *já se coloca* (ou se inaugura) com a criança.

Não são poucas as situações clínicas em que esses aspectos trabalhados se fazem presentes. Em muitas situações, o NAV recebe crianças para as quais as mães prevalecem, sem serem atingidas em sua potência, ou a relação com um pai “todo pai”, seja o da criança ou o da mãe da criança – aquele admirado, amado e odiado – prepondera. Nessas situações, que diferença a psicanálise pode fazer?

A clínica com crianças tem suas especificidades. A presença dos pais no atendimento tem uma importância que ultrapassa a realidade deles, e também a situação objetiva da criança de se encontrar em uma situação de dependência. O trabalho com eles é mais do que dar lugar a eles na fala da criança. Quando um pai é chamado, para além de sua realidade, apresenta-se um real em jogo. Para além da pessoa que ocupa esse lugar, há a referência a esse lugar Outro, que não independe de quem venha a ocupá-lo, mas não se reduz a isso. É por isso que o pai e a mãe são chamados, e muitas vezes, mesmo tendo sido, em situações de violência doméstica, autores de uma agressão. Aliás, mesmo ou principalmente por terem sido autores de agressão, faz-se necessário uma intervenção com eles. Nessas situações, eles geralmente têm dificuldades no que diz respeito à ocupação de suas funções. É fundamental, portanto, que seja dada a eles a possibilidade de se posicionarem em relação a esses lugares que ocupam, o que implica que se posicionem tanto em relação ao outro quanto em relação ao filho. Isso, obviamente, não suprime o que se apresenta do lado da criança.

Até aqui, e principalmente com este capítulo, marcou-se que, para a criança, a complexidade da função do pai tem sua incidência a partir de uma articulação entre os três registros. Trata-se sobretudo da importância da entrada de

um aspecto real no simbólico, fundamental para a possibilidade de abertura de um lugar para o sujeito.

Passemos, assim, ao quarto capítulo, a fim de articular, tendo em mente a direção de um tratamento analítico, a importância de que toda essa complexidade não seja reduzida na prática clínica.